

A SEXUALIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL: ENTRE LAÇOS E ABRAÇOS

Dênia Rodrigues Chagas; Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro; Marcelo Souza da Silva; Lídia Cristina dos Santos Almeida; Débora Araújo Leal.

Faculdade Católica Dom Orione. denia_enf@hotmail.com; Centro Universitário Católica de Quixadá. stanagila@hotmail.com; Universidade Estadual de Feira de Santana. marcelogrio10@gmail.com; Centro Municipal de Educação Infantil Carlos Marinho Falcão. lidiacsalmeida@hotmail.com; Centro Municipal de Educação Infantil Carlos Marinho Falcão. delleal8@hotmail.com.

Resumo: Este artigo é resultado de uma revisão de literatura que buscou compreender como a sexualidade da pessoa com deficiência mental considerando como um ser biopsicossocial e espiritual em constante evolução, que como qualquer ser humano tem necessidade de expressar seus sentimentos de um modo particular e intransferível. A família e os profissionais das áreas de saúde e educação, precisam lembrar que a vivência sexual do deficiente mental, quando bem conduzida, implementa o desenvolvimento afetivo, a capacidade de estabelecer contatos interpessoais, fortalecendo a auto estima o bem estar, o amor próprio, e a adequação à comunidade. Com o intuito de subsidiar a discussão ora almejada foi utilizada uma pesquisa com base na análise dos principais documentos norteadores dessa proposta, concomitantemente, a uma revisão bibliográfica necessária ao fomento do conhecimento sobre a deficiência mental e sexualidade lançamos mãos de autores que apontam os dois grandes mitos os quais são tratados a sexualidade da pessoa com deficiência mental a saber: primeiro que ela é 'assexuada' e, segundo, que é 'hipersexuada' (Amaral, 1994; Denari, 1997; França Ribeiro, 1995; Giammi & D'Allones, 1984; Glat, 1992; Maia, 2001; Pinel, 1999). Nas conclusões evidencia-se que a família e os profissionais das áreas de saúde educação com uma postura consciente, ou seja, autônoma, deve abandonar práticas bancárias de educação, pensar e agir com uma epistemologia fundamentada no processo de inclusão do sujeito, o qual é dinâmico, contínuo, objetivando uma promoção de sexualidade livres de tabus e preconceitos.

Palavras-chave: Sexualidade, deficiência mental, saúde, educação.

Introdução

No campo da produção do conhecimento, há uma intensificação da produção científica relacionada à temática da deficiência. Um grande número de pesquisas científicas, dissertações de mestrado e teses de doutorado têm estudado os múltiplos aspectos a ela relacionados. Muitas se situam no plano da denúncia da marginalização e da opressão a que vêm sendo submetidas às pessoas com deficiência.

O tema deficiência vem ganhando visibilidade no cenário nacional observam-se, na contemporaneidade, grandes avanços nas discussões relacionadas à inclusão social das pessoas com deficiência. Esses avanços objetivam tanto na criação de uma legislação voltada à garantia dos direitos sociais desta população, como o Estatuto da pessoa com deficiência, como pela Convenção Internacional pelos direitos das pessoas com deficiência e pela criação de programas de reabilitação e de inclusão social na educação, saúde e mercado de trabalho.

Percebe-se, que nas últimas décadas a criança, os adolescentes e os jovens têm um lugar relevante no contexto das políticas públicas, especialmente relacionadas à educação sexual. A preocupação com a temática da sexualidade fez com que organismos oficiais, tais como o Ministério da Educação (MEC) passassem a estimular projetos de orientação sexual nas escolas culminando no ano de 1997, na inclusão da temática como tema transversal no Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e como proposta interdisciplinar na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), bem como a sexualidade é tratada como Política Pública do sistema único de Saúde – SUS (2016).

Foi proposto que a educação sexual precisaria ser articulada com diversas disciplinas e outros temas, tais como ética, saúde, gênero, meio ambiente e pluralidade cultural. A tentativa de descentralizar o tema em diversos campos disciplinares se apresenta como uma forma de favorecer abordagens pluralistas e interdisciplinares, possibilitando coerência entre a sexualidade e ciências, humanidade, identidade, história, valorações estéticas e éticas.

Outras apontam a contribuição do Estatuto da Pessoa com Deficiência para a ampliação da inserção desta população na escola formal e no mercado de trabalho. Também há os trabalhos que tratam da inclusão na educação, e das barreiras arquitetônicas e atitudinais, estereótipos, preconceitos e estigmas e suas implicações na limitação da inclusão social e, há ainda, os que estudam as implicações da deficiência mental na relação do sujeito com o corpo e no modo como vivencia a sexualidade (GESSER, 2007).

Neste sentido, o corpo é entendido como uma construção histórico-cultural a partir dos significados que são apropriados pelos sujeitos e que mediam a forma como estes e a sociedade de modo geral se relacionam com o corpo nos diferentes momentos históricos (LAQUEUR, 2001). Já em relação à deficiência, essa pode ser entendida a partir do modelo social da deficiência resgatado por (DINIZ 2007), como uma categoria de análise e como uma forma de opressão social. Segundo a autora, a sociedade é pouco sensível às necessidades de circulação das pessoas com deficiência, construindo barreiras sociais que impedem a circulação e excluindo-as socialmente

Para os deficientes mentais em geral todas as condições materiais precisam ser “duramente conquistadas”, pela própria limitação psicológica que muitas vezes interfere, impedindo ou dificultando suas vidas. Nem sempre o seu acesso à escola é realizado de forma tranquila, e até mesmo a sua permanência acontece de forma diferenciada, se comparadas com os alunos não deficientes mentais. Suas reivindicações são: condições como maior número de escolas inclusiva, maior empenho e maior compromisso político em todas as esferas de governo.

O termo sexualidade surgiu no século XIX, marcando algo diferente do que apenas um remanejamento de vocabulário. O uso desta palavra é estabelecido em relação a outros fenômenos, como o desenvolvimento de campos de conhecimento diversos; a instauração de um conjunto de regras e de normas apoiadas em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor a sua conduta, desejos, prazeres, sentimento, sensações e sonhos. Para Foucault 1998,

Não se deve conceber [a sexualidade] como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a uma realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

O referido autor concebe a sexualidade como um Fenômeno cultural e social. Há de se considerar que a sexualidade é um componente fundamental de todo ser humano, vincula-se à intimidade a afetividade a ternura sua influência está presente sobre todos os aspectos da vida sem distinção de raça cor, sexo e deficiência. A pessoa com deficiência mental, é um ser biopsicossocial e espiritual em constante evolução, que como qualquer ser humano tem necessidade de expressar seus sentimentos de um modo particular e intransferível. A repressão pura e simples das manifestações sexuais do deficiente mental, pode diminuir seu equilíbrio interno, podendo contribuir para o aumento da agressividade e da angústia vital, favorecendo o isolamento e reduzindo suas possibilidades como ser integral.

A família e os profissionais das áreas de saúde e educação, precisam lembrar que a vivência sexual do deficiente mental, quando bem conduzida, implementa o desenvolvimento afetivo, a capacidade de estabelecer contatos interpessoais, fortalecendo a auto estima o bem estar, o amor próprio, e a adequação à comunidade. Na escola a educação sexual, deve apresentar-se com amor e ciência, o aconselhamento sexual da pessoa com deficiência mental, é um trabalho organizado com diversos objetivos: como por exemplo à prevenção de gravidez indesejada.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s (1997) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), ao tratar do tema sexualidade, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, principalmente entre as pessoas com

deficiência mental, as relações de gênero e identidades sexuais, que são problemas atuais e preocupantes. A identidade sexual e a manifestação dos papéis sexuais estão diretamente ligados às expectativas sociais relacionadas aos diversos comportamentos sexuais considerados desejáveis e adequados, presentes antes do nascimento. No desenvolvimento sexual da pessoa com deficiência mental este processo pode estar comprometido, pois, na maioria das vezes, a criança cresce segregada de um convívio social mais amplo e as poucas informações que recebe acabam sendo veiculadas genericamente e assimiladas de forma deturpada.

Além disso, a construção da identidade sexual da pessoa com deficiência mental fica prejudicada e agravada pela manifestação de papéis sexuais nem sempre compatíveis com sua identidade de gênero ou socialmente aceitos (Gherpelli, 1995; Pinel, 1999). A sexualidade de uma pessoa deficiente mental vêm sendo marcada por dois grandes mitos (crenças sociais): primeiro que ela é ‘assexuada’ e, segundo, que é ‘hipersexuada’ (Amaral, 1994; Denari, 1997; França Ribeiro, 1995; Giammi & D’Allones, 1984; Glat, 1992; Maia, 2001; Pinel, 1999).

Em ambos os casos, o dogma da assexualidade a ideia de que a pessoa com deficiência mental é uma criança, angelical e desprovida de sexo quanto o da hipersexualidade de que ela é uma aberração, um desvio, dotada de uma sexualidade exagerada, agressiva e animalesca - acabam reforçando atitudes em relação ao deficiente mental que levam ao isolamento, à segregação e à ignorância sobre os aspectos de sua sexualidade. Em decorrência dessas concepções errôneas a orientação sexual é negligenciada com relação a esta população.

Não há especificamente nos documentos oficiais a união sexualidade e deficiência, mas espera-se que as escolas e as unidades de saúde juntamente com seus profissionais deem maior atenção ao tema, e estabeleçam estratégias que promovam e legitimem sua inclusão curricular e social. No entanto este processo tem aflorado a discussão sobre o que se espera dos profissionais da saúde e da educação, quais ferramentas pedagógicas dispõem para propiciar sua reflexão e desempenhar com segurança a sua prática.

Como afirma Gherpelli (1995), o legado cultural pautou-se predominantemente em uma postura de negação da sexualidade, cuja educação a associava a vergonha, a culpa e a ignorância. Se por um lado alguns grupos defendem a “junção” educação, sexualidade e deficiência, outros se mantêm reservados quanto ao papel da escola na educação sexual dos discentes com deficiência mental. Acredita-se que essa divergência traga à tona, implicações subjetivas da construção da sexualidade dos educadores, ou seja, disponibilidade interna em abordar temas polêmicos permeados de valorações pessoais, temporais e culturais, em ampliar

os espaços de vivências estabelecendo relações extra muros e ainda, resgatar e discutir o papel das instituições e sua concepção pedagógica no acolhimento e na disseminação de saberes sobre a sexualidade das pessoas com deficiência mental.

De acordo com Gondra (2008), a Educação Sexual, apesar de estar contemplada nos PCN's e na BNCC como parte da orientação sexual na escola, parece ainda não encontrar uma efetiva concretização no espaço escolar. Isto não nega a existência de uma educação sexual informal, que ocorre nas salas e corredores escolares. Entretanto, não podemos desconsiderar o avanço que as propostas trazem com o arrefecimento de ideias “biologizantes” e moralistas, dando espaço à compreensão da sexualidade como fenômeno complexo e de uma educação sexual não diretiva, coletiva, sem caráter psicoterapêutico ou de aconselhamento, que tem como principais eixos de discussão o corpo, as relações de gênero e a prevenção de DST/AIDS (Doenças Sexualmente Transmissíveis/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

Metodologia

Por entender que a pesquisa qualitativa possui um caráter social, possibilitando ao investigador o entendimento relevante acerca do estudo em questão, adotamos esse tipo de pesquisa como método a ser desenvolvido neste trabalho. Ludke (1986, p.12) traz que, O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. Percebe-se que, enquanto pesquisador deve-se ter a clareza da necessidade de encontrar e capturar os anseios e as perspectivas dos indivíduos participantes do processo.

Vale salientar que os pressupostos sugeridos pela pesquisa qualitativa permitem fazer uma busca subjetiva sobre o assunto. Segundo Minayo (2007, p. 22), A abordagem ainda aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações médias e estatísticas. Faz-se necessário registrar que a pesquisa qualitativa não se detém na busca de dados numéricos, mas procura averiguar pela compreensão da realidade humana, os aspectos da vida social que diferem as ações dos homens.

Essa investigação tem como objeto de estudo a sexualidade da pessoa com deficiência mental, para tanto, escolheu-se como modalidade da pesquisa qualitativa a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Este estudo se desenvolveu a partir da escolha do tema e, conseqüentemente, foi realizado uma catalogação das fontes bibliográficas, definindo um

plano de leitura, onde orientou o trabalho no processo de construção, com leituras, discussões, fichamentos que embasaram e fomentaram a produção do mesmo.

Resultados e Discussão

No tocante à Educação Sexual das pessoas com deficiência mental os Parâmetros e a Base Nacional e as Políticas do Sistema Único de Saúde tecem uma rápida consideração, abrindo exceção à possibilidade de intervenção individual e afirmando que discentes com deficiência mental, podem eventualmente ter dificuldades de comunicação e de expressão da sexualidade e, por isso, exigir formas diferenciadas de orientação na escola, e nas unidades de saúde nos conteúdos e estratégias de abordagem.

Dada a expressão singular da sexualidade em cada indivíduo, também as pessoas com deficiência mental merecem atenção diferenciada na escola e nas unidades de saúde, devendo ser acionadas assessorias de profissionais especializados se necessário. (BRASIL, 1997, p. 300) A Educação Sexual, pautada nos PCNs, para as pessoas com deficiência, fica limitada à clientela que tem possibilidade de frequentar salas regulares de ensino, e que, portanto, não possui comprometimentos cognitivos graves e cujo ajustamento social é adequado a esse tipo de intervenção.

Não há, portanto, no PCN, menção sobre o trabalho em classes especiais, assim como há uma ausência de direcionamentos com relação à prática do professor para lidar com a realidade desses alunos. A assessoria de profissionais especializados para prestarem orientação aos professores e discentes mentais parece ser imprescindível, daí a importância das parcerias escolas e unidades de saúde, para que a equipe multidisciplinar venha adotar métodos preventivos e esclarecedor para uma sexualidade afetiva, prazerosa e sem riscos de doenças sexualmente transmissíveis.

Nesta direção Costa (2002), aponta que precisa haver uma formação que conduza a reflexões sobre a relação entre a sexualidade a escola e as unidades de saúde, pois elas educam sexualmente, independentemente de ser de maneira clara e sistematizada, sem intencionalidade e verdadeiramente assumida. Suas normas, currículos, conhecimentos e as posturas dos sujeitos que convivem em seu interior, podem ser encarados como metodologia dessa educação. Toda essa problemática se deve ao fato de que a deficiência mental traz sérias consequências no âmbito socioeconômico, emocional e físico. Entretanto, apesar de existirem essas alterações, a atitude dos profissionais ao trabalhar a temática sexualidade em sala de aula precisa observar as diferenças e as concepções de beleza corporais impostas pela sociedade, para que não venha reforçar a exclusão ao invés de promover a inclusão.

Dessa forma, deve-se ressaltar que promover a inclusão, não significa, apenas, permitir que o aluno especial adentre em uma escola regular ou uma unidade de saúde, mas, principalmente, garantir que lhe sejam dadas condições de aprendizagem, desenvolvimento social, cognitivo e afetivo, por ele ser sujeito de direitos e cidadão (CURY, 1999). Para que uma instituição se torne, verdadeiramente inclusiva, é preciso que seus professores sejam motivados, envolvidos com o novo paradigma da inclusão e, sobretudo, capacitados para dar conta de atender às diversidades, às necessidades de seus alunos especiais, para que eles não fracassem nas instituições e nas sociedades.

Assim sendo, as instituições hoje, não tem função apenas de ensinar ou prestar atendimento, mas de formar cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, tornando-os capazes de enxergar a realidade e discernir sobre como agir. Na realidade, a construção da sexualidade é um processo extremamente complexo, concomitantemente individual social, psíquico e cultural, que possui historicidade, envolve práticas, atitudes e simbolizações.

Conclusões

A pessoa com deficiência mental, como qualquer outra, tem necessidade de expressar seus sentimentos de modo próprio e intransferível. A repressão da sexualidade, nestes sujeitos, pode alterar seu equilíbrio interno, com repercussões físicas e psíquicas, diminuindo as possibilidades de tornar-se um ser psiquicamente mais integrado. Por outro lado, quando bem encaminhada, a sexualidade melhora o desenvolvimento afetivo, facilitando a capacidade de se relacionar, melhorando a autoestima e a adequação à sociedade.

É essencial, portanto, enfatizar a importância da orientação da sexualidade e de métodos de anticoncepção para esses jovens, seus pais e educadores, de forma individualizada ou através de programas educacionais, elaborados por equipes interdisciplinares. O deficiente mental não deve ser subestimado nas suas reais capacidades, nem ficar aprisionado a rótulos estigmatizantes, devemos tratá-lo como um sujeito, oferecendo espaço para que ele possa falar sobre seus desejos, suas dúvidas, suas escolhas, suas limitações e possibilidades, travando um diálogo em que ele será ouvido em suas demandas.

Assim, poderá participar das escolhas e decisões de sua vida sexual e social, aumentando suas possibilidades de crescimento pessoal, de independência e de inclusão na sociedade. Acredita-se que precisa haver sim, uma informação direcionada ao cuidado de si, porém essa educação deverá extrapolar limites preventivistas e higienistas, para caracterizar-se como produção de um saber amplo da sexualidade, contando com vários segmentos da sociedade civil. É, também, imprescindível que, cada pessoa com deficiência mental, com

suas peculiaridades, diferenças e diversidades singulares, receba a atenção, os cuidados e o acompanhamento necessário, para que possa desenvolver suas potencialidades e capacidades.

Referências

AMARAL, Leila. Adolescência/Deficiência: uma sexualidade adjetivada. **Temas em Psicologia**, Cortez, São Paulo, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília, v. 8, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes para a Implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas**. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde. 2016.

COSTA, Ronaldo Pamplona da. **As múltiplas faces da sexualidade humana**. São Paulo: Gente, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamyl. **Direito à diferença: um reconhecimento legal**. **Educação em revista**, Belo Horizonte: n°. 15, 1999.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DENARI, Fátima. **O adolescente especial e a sexualidade: nem anjo, nem fera**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A História da sexualidade: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FRANÇA, Ribeiro **Orientação Sexual e Deficiência Mental: estudos acerca da implementação de uma programação**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

GESSER, Marivete. **Gênero, corpo e sexualidade: processos de significação e suas implicações na constituição da mulher com deficiência física**. Projeto de tese (doutorado em Psicologia). Florianópolis: UFSC, 2007.

GIAMI, A. & D'Allones, C.R. O anjo e a fera: as representações da sexualidade dos deficientes mentais pelos pais e educadores. Em D. Neto (Org.), **A negação da deficiência: a instituição da diversidade** (pp.29-41). Rio de Janeiro, 1984.

GHERPELLI, Maria Helena Brandão Vilela. **Diferente, mas não desigual**. São Paulo: Gente, 1995.

GLAT, Rosana. **A sexualidade da pessoa com deficiência mental**. Revista Brasileira de Educação Especial, 1992.

GONDRA, José Gonçalves. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi Reflexões sobre a educação escolar da pessoa com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 7, n.1, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org) **Pesquisa social: Teoria método e criatividade**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PINEL, A.C. **Educação Sexual para pessoas portadoras de deficiências físicas e mentais**, São Paulo, 1999.